



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA**

**CENTRO DAS HUMANIDADES  
BACHARELADO EM DIREITO**

**DANIELA LIMA DA SILVA**

**MARCAS DA MEMÓRIA: TRAJETÓRIA EDUCACIONAL DE MULHERES COM  
DEFICIÊNCIA NO CAMPUS REITOR EDGARD SANTOS DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO OESTE DA BAHIA.**

**BARREIRAS – BA**

**2023**

DANIELA LIMA DA SILVA

**MARCAS DA MEMÓRIA: TRAJETÓRIA EDUCACIONAL DE MULHERES COM DEFICIÊNCIA NO CAMPUS REITOR EDGARD SANTOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Direito do Centro das Humanidades da Universidade Federal do Oeste da Bahia, como pré-requisito para a obtenção do título de Bacharel em Direito.

Orientador(a): Profa. Dra. Natália Medina Araújo.

BARREIRAS – BA  
2023

## FICHA CATALOGRÁFICA

---

S586 Silva, Daniela Lima da.

Marcas da memória: trajetória educacional de mulheres com deficiência no campus Reitor Edgard Santos da Universidade Federal do Oeste da Bahia. / Daniela Lima da Silva – 2023.

34f.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Natália Medina Araújo.

Artigo (Graduação) – Bacharelado Direito. Universidade Federal do Oeste da Bahia. Centro das Humanidades. Barreiras, BA, 2023.

1. Mulheres com deficiência;. 2. Ensino superior. 3. Educação inclusiva.. I. Araújo, Natália Medina. II. Universidade Federal do Oeste da Bahia - Centro das Humanidades. III. Título.

CDD 371.91

---



Centro das Humanidades  
Bacharelado em DIREITO

## ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Barreiras, 17 de julho de 2023.

Às quinze horas do dia 17 de julho de dois mil e vinte e três, reuniu-se a banca examinadora composta pelos docentes: **Orientador/a:** Natália Medina Araújo (UFOB); **Docente Avaliador/a:** Ana Laura Silva Vilela (UFOB); **Docente Avaliador/a:** Maritania Salete Salvi Rafagnin (UFOB), para avaliar o trabalho de conclusão de curso intitulado: MARCAS DA MEMÓRIA: TRAJETÓRIA EDUCACIONAL DE MULHERES COM DEFICIÊNCIA NO CAMPUS REITOR EDGARD SANTOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA, apresentado por **Daniela Lima**, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Direito.

Após análise do trabalho, da apresentação e da arguição, a banca atribuiu média igual a 10 (dez) e, assim, considerou o trabalho APROVADO. Eu, Natália Medina Araújo, lavrei a presente ata que depois de lida será assinada por quem de direito.

Documento assinado digitalmente



NATALIA MEDINA ARAUJO  
Data: 18/07/2023 15:23:25-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Presidente/Orientador/UFOB

Documento assinado digitalmente



ANA LAURA SILVA VILELA  
Data: 18/07/2023 16:17:52-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Avaliador/a I

Documento assinado digitalmente



MARITANIA SALETE SALVI RAFAGNIN  
Data: 19/07/2023 14:57:29-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Avaliador/a II

## AGRADECIMENTOS

“Não fui eu que ordenei a você? Seja forte e corajoso! Não se apavore nem desanime, pois o Senhor, o seu Deus, estará com você por onde você andar” (Josué 1:9). Não poderia iniciar meus agradecimentos sem primeiro mencionar aquele que primeiro me amou; aquele que me escolheu desde o ventre da minha mãe; que esteve comigo neste longo 5 anos de caminhada árdua, mas sem dúvidas a melhor que eu poderia percorrer.

Obrigada, papai celestial! Te agradeço por ser o pai que eu nunca tive; por estar comigo nos meus melhores e piores momentos; por me levantar sempre que eu estava prestes a cair. Tu és magnífico e a ti meu Deus, exalto essa grande vitória. Lembro de quando o curso de direito ainda era um sonho; quem olhava comentava “você sonha muito alto”, mal sabiam eles o tamanho do meu Deus e o quão fiel ele é diante de suas promessas.

Em seguida, gostaria de agradecer aquela me concebeu e sonhou junto comigo com esse lindo sonho. Obrigada, mãe! Sua ajuda, apoio e incentivo durante todo esse percurso me motivaram a chegar até aqui. Lembro das vezes que me ligava. Das vezes em que chorávamos juntas, afinal, esta não foi uma jornada fácil, né? . Ver sua caçulinha saindo de casa ainda tão nova, rumo a outra cidade, rumo a novos projetos e sonhos, não foi uma tarefa fácil pra ti e nem pra mim. Mas, lembra quando eu te falava o esforço vai valer a pena, nós vamos conseguir independente das ventanias e dificuldades. Então, mamãe, nós vencemos. Agora concretizo a realização de mais um sonho. Sim, mamãe! tenho orgulho em te dizer “ Sua filha agora é advogada com OAB e tudo”.

Agradeço também ao apoio e incentivo dos meus irmãos: Cássia, Leidmilson, Rosival, Lucicleia, Tânia. E em especial a dois irmãos que me ajudaram muito durante esse trajeto: Danilo Lima e Cleberon Silva. Quero agradecer-lôs por segurarem na minha mão e caminharem comigo nesses 5 anos. O apoio de vocês foram essenciais para a realização desse sonho. Sei que palavras nunca puderam expressar todo o tamanho da minha gratidão por tudo que vocês dois fizeram por mim. Obrigada por acreditar nos meus sonhos e me ajudar a realiza-lós. Amo incondicionalmente vocês.

Uma vez me disseram que as melhores coisas da vida acontecem quando a gente menos espera. Comigo ocorreu em 02 de Maio de 2022, quando Deus me entregou de presente, a pessoa que é hoje o meu maior incentivador e que este comigo durante toda a realização deste trabalho. Me refiro ao meu noivo Deivisson Oliveira. A ele gostaria de agradecer pelo apoio e incentivo.

Por sempre acreditar em mim. Por sempre estar ao meu lado. Por me motivar a cada segundo. Esta conquista é nossa. E sou extremamente grata a Deus por ter me presentiado com um ser tão grandioso e maravilhoso como você.

Sou grata aos professores que me acompanharam até aqui. Todos foram essenciais, em especial a minha orientadora Natália Medina, a qual sempre teve muita paciência e perseverança de que este trabalho daria certo. A ela sou grata por todo apoio, orientações e incentivos.

Agradeço também aos meus colegas de turma, a qual compartilhei momentos maravilhosos e inesquecíveis nesta trajetória, em especial a minha gêmea Chasmille Rios a qual estive comigo durante esses cinco anos. Minha linda, você é dez e carregarei sua amizade por toda a vida.

Agradeço também a todos meus amigos que me motivaram a continuar e sempre acreditaram em mim, talvez possa me esquecer do nome de alguns, mas carrego na lembrança cada um que passou pelo meu caminho. Agradeço em especial a minha comadre Soriman, meu compadre Novenildo, minha afilhada Rafaela, minha sogra Eliene, meu cunhado Maycon, minha grande amiga Leidemar e Renata.

Não posso deixar de mencionar, com um toque de muita emoção, a família Pet-Humanidades, a qual me possibilitou me aventurar no mundo da pesquisa. Aos meus colegas petianos, Andreza, Ayrton, Raquel, Carmen, Geovana, Luzia, Felipe, Marcos, obrigada por permanecerem comigo nessa caminhada. Ao tutor Valney, agradeço pelas orientações e puxões de orelhas. A ele sou eternamente Grata. Parabéns, Valney, seu trabalho é fundamental na promoção do conhecimento e desenvolvimento do estudante-pesquisador.

Por fim, e não menos importante, quero agradecer a todas mulheres que aceitaram participar deste projeto. Agradeço a elas, por compartilharem comigo suas vivências e experiências.

Gratidão e sentimento de dever cumprido, simbolizam a finalização deste trabalho. Deus é fiel!

## **Epígrafe**

*“Deficiente” é aquele que não consegue modificar sua vida, aceitando as imposições de outras pessoas ou da sociedade em que vive, sem ter consciência de que é dono do seu destino.*

*“Louco” é quem não procura ser feliz com o que possui.*

*“Cego” é aquele que não vê seu próximo morrer de frio, de fome, de miséria, e só tem olhos para seus míseros problemas e pequenas dores.*

*“Surdo” é aquele que não tem tempo de ouvir um desabafo de um amigo, ou o apelo de um irmão. Pois está sempre apressado para o trabalho e quer garantir seus tostões no fim do mês.*

*“Mudo” é aquele que não consegue falar o que sente e se esconde por trás da máscara da hipocrisia.*

*“Paralítico” é quem não consegue andar na direção daqueles que precisam de sua ajuda.*

*“Diabético” é quem não consegue ser doce.*

*“Anão” é quem não sabe deixar o amor crescer.*

*E, finalmente, a pior das deficiências é ser miserável, pois:*

*“Miseráveis” são todos que não conseguem falar com Deus.*

**Mario Quintana**

## **RESUMO**

Nos últimos anos, a democratização do acesso ao ensino superior colaborou para a inserção de pessoas com deficiência nos cursos de graduação. No entanto, ainda se observa que para as pessoas com deficiência, em particular para as mulheres, que enfrentam questões próprias de gênero, as barreiras ultrapassam os obstáculos estruturais presentes na sociedade e se materializam na universidade pública. Assim, dada a relevância desta temática na atualidade, este estudo se propôs a analisar a trajetória acadêmica de mulheres com deficiência no campus Reitor Edgard Santos da Universidade Federal do Oeste da Bahia. Para tanto utilizou-se da abordagem qualitativa. A pesquisa teve como instrumentos de coleta de dados a pesquisa documental em documentos oficiais da Instituição e a realização de entrevistas semiestruturadas. Ao longo da investigação, constatou-se que mesmo com o advento de leis e regulamento de inclusão no ensino superior, a efetivação desses direitos ocorre de forma lenta e gradual na UFOB. Foi possível, também, identificar as principais barreiras de ordem física, estrutural e organizacional enfrentadas pelas mulheres com deficiência na IES, bem como apontar quais mecanismos de inserção e integração podem ser adotados pela instituição para fins de melhorias nas condições de acesso e permanência desta categoria.

**Palavras-chave:** Mulheres com Deficiência; Ensino Superior; Gênero; Educação Inclusiva.



## **ABSTRACT**

In recent years, the democratization of access to higher education has contributed to the inclusion of people with disabilities in undergraduate courses. However, it is still notable that for people with disabilities, in particular women, who face gender issues, the barriers go beyond the structural obstacles present in society and materialize in the public university. Thus, given the relevance of this topic today, this study aimed to analyze the academic trajectory of women with disabilities on the “Reitor Edgar Santos” campus of the Federal University of Western Bahia. For this purpose, a qualitative approach was used. The research had as data collection instruments the documentary research in official documents of the Institution and the application of semi-structured interviews. Throughout the investigation, it was found that even with the advent of laws and regulations for inclusion in higher education, the implementation of these rights occurs slowly and gradually at UFOB. It was also possible to identify the main physical, structural and organizational barriers faced by women with disabilities at the Institution, as well as to point out which insertion and integration mechanisms can be adopted by the institution in order to improve the conditions of access and permanence of these students.

**Keywords:** Women with disabilities; Higher education; Gender; Inclusive education.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>DEFICIÊNCIA E GÊNERO: REFLEXÕES ACERCA DA SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E INVISIBILIDADE DAS MULHERES NA EDUCAÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2.1-</b>	<b>A deficiência não está no corpo: Breve reflexão acerca dos conceitos que envolvem as pessoas com deficiência .....</b>	<b>11</b>
<b>2.2</b>	<b>Não falo, logo, não existo: Reflexões acerca do lugar de fala da mulher na produção do conhecimento.....</b>	<b>13</b>
<b>2.3</b>	<b>Capacitismo e Deficiência: reflexões acerca dos desafios e soluções para a promoção de uma educação anticapacitista .....</b>	<b>15</b>
<b>3</b>	<b>PERCURSO METODOLÓGICO.....</b>	<b>17</b>
<b>3.1</b>	<b>Do espaço e Tempo da realização da pesquisa.....</b>	<b>18</b>
<b>3.2</b>	<b>Os sujeitos envolvidos na pesquisa, procedimentos e instrumentos de coleta de dados</b>	<b>19</b>
<b>3.3</b>	<b>Meu nome è “Maria” : Caracterização das participantes .....</b>	<b>20</b>
<b>4</b>	<b>CONDIÇÕES DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE MULHERES COM DEFICIÊNCIA ESTUDANTES DA UFOB: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....</b>	<b>20</b>
<b>4.1</b>	<b>Conhecendo: Como se dá o acesso de estudantes com deficiência na Ufob?.....</b>	<b>21</b>
<b>4.2</b>	<b>No meio do trajeto tinha uma barreira. Tinha uma barreira no meio do trajeto: Uma análise sobre as condições de permanência das mulheres com deficiência matriculadas na UFOB .....</b>	<b>23</b>
<b>5</b>	<b>PROPOSTAS DE MELHORIA: UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DAS ESTUDANTES DA UFOB.....</b>	<b>28</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>28</b>
<b>7</b>	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>30</b>
	<b>APÊNDICE A- ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA .....</b>	<b>34</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Por que as pessoas com deficiência, em particular as mulheres, ainda enfrentam tantas barreiras no contexto educacional? Por diversas vezes, tenho me questionado sobre isso, e no momento da escrita deste artigo, acredito que encontrei a resposta na compreensão de Debora Diniz que retrata que a deficiência é um conceito complexo que reconhece o corpo como lesão, mas que denuncia a estrutura social que oprime a pessoa com deficiência. A partir deste entendimento, passei a refletir sobre as relações sociais e a interseccionalidade de deficiência e gênero como questões estruturais.

Diante dessa reflexão, procurei estudos relacionados a estas questões a fim de escrever algo sobre o assunto, e surpreendentemente, os trabalhos ainda são muito escassos. Nesta hora, me questionei sobre como me aprofundar em questões pouco exploradas. Uma pesquisa de campo seria a solução? Ideia desafiadora para uma pesquisa de graduação. Assim, com o propósito de delimitar o tema, considerei englobar gênero, deficiência e educação, isto porque, considerei que a carência de debates sobre a inclusão de mulheres com deficiência no ensino superior vem colaborando justamente para esta escassez de pesquisas em ciências humanas. De acordo com Moreira (2008), isso se deve, possivelmente, pelo fato de as pessoas com deficiência, assim como outros grupos historicamente excluídos enfrentarem uma série de barreiras que impedem que muitas dessas pessoas tenham acesso ou deem continuidade ao processo de escolarização.

Em grande parte, a questão relacionada ao problema em destaque está no fato de que, talvez, as universidades não estejam preparadas para atender às novas demandas, visto que, desde 2003 houve uma intensificação muito grande de ingresso desse público no ensino superior, devido a implementação da Lei de Cotas, que implicitamente vem obrigando as instituições a se reorganizarem.

Após consulta ao Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) da Universidade Federal do Oeste da Bahia, constatei que no primeiro semestre de 2023 a instituição possui 84 alunos com deficiência matriculados: 2 alunos com cegueira, 7 alunos com deficiência auditiva, 16 alunos com deficiência visual, 37 alunos com deficiência física, 1 aluno com deficiência mental/intelectual, 2 com deficiência múltipla, 4 alunos com surdez, 5 alunos com transtorno de déficit de atenção, totalizando 84 alunos com deficiência matriculados e frequentando os cursos de graduação da instituição. Verifiquei que os recursos e serviços disponíveis para atender aos alunos com deficiência na UFOB são: - 06 (seis) intérpretes, cadeiras de rodas, Linha Braille, impressora Braille, mouse e teclados para pessoa com deficiência física, Lupa Eletrônica para pessoa com baixa visão, Scanner de Voz e impressora ampliadora.

Com isto, surgiu o interesse de investigar como a inclusão de mulheres com deficiência ocorre na Universidade Federal do Oeste da Bahia. Para tanto, elaborei um projeto de pesquisa a qual foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE 68310223.0.0000.8060), em razão de se tratar de pesquisa envolvendo seres humanos, tendo em vista a aplicação das entrevistas objetivando analisar as condições de acesso e permanência de mulheres com deficiência matriculadas no campus Reitor Edgard Santos da Universidade Federal do Oeste da Bahia. Após, delinieei enquanto objetivos específicos: (1) Conhecer as trajetórias de mulheres com deficiência matriculadas nos cursos de graduação da UFOB; (2) Identificar nas trajetórias, as condições de acesso e permanência no ensino superior da UFOB; (3) Caracterizar as redes de apoio institucional, na garantia de direitos de permanência.

A justificativa para este trabalho se dá pela escassez de pesquisas sobre o tema e necessidade de se compreender como a inclusão das mulheres com deficiência ocorre na UFOB. Com isto busca-se contribuir para a ampliação do conhecimento acerca dos mecanismo de inclusão das mulheres com deficiência no ensino superior.

Desta forma, o presente trabalho se subdividiu em três seções e três subseções, quais sejam: “ Deficiência e Gênero: Reflexões acerca da situação de vulnerabilidade e invisibilidade das mulheres na educação”; “A deficiência não está no corpo: Breve reflexão acerca dos conceitos que envolvem as pessoas com deficiência”; “Não falo, logo, não existo: Reflexões acerca do lugar de fala da mulher na produção do conhecimento ”; “Capacitismo e Deficiência: reflexões acerca dos desafios e soluções para a promoção de uma educação anticapacitista”; “Percurso Metodológico”; e “Análise e apresentação dos resultados da pesquisa”.

Como referencial teórico utilizei as compreensões de Debora Diniz, Martha Nussbaum e Flavia Augusto de Santos Melo Lopes.

A abordagem utilizada para o desenvolvimento da pesquisa é do tipo qualitativa, o método é indutivo e o instrumento de coleta de dados se deu por documentos oficiais da Instituição e realização de entrevistas semiestruturadas.

## **2 DEFICIÊNCIA E GÊNERO: REFLEXÕES ACERCA DA SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E INVISIBILIDADE DAS MULHERES NA EDUCAÇÃO**

Antes de adentrar nas questões relacionadas a interseccionalidade entre gênero e deficiência, bem como nos aspectos que demonstram a dupla vulnerabilidade das mulheres com deficiência na universidade, considereirei que compreender os conceitos e contextos que envolvem esta classe, seria de fundamental importância para a compreensão deste estudo. Assim os apresento em tópicos.

## **2.1- A deficiência não está no corpo: Breve reflexão acerca dos conceitos que envolvem as pessoas com deficiência**

O enfoque principal deste trabalho é tratar sobre as pessoas com deficiência. Assim, faz-se necessário compreendermos em primeira análise sobre quem de fato são essas pessoas e como são definidas. A princípio, os historiadores apontam que os primeiros documentos garantidores de direitos deste público não definiam quem estaria inserido nesse grupo. Diferentes denominações e formas de tratamento pejorativos foram utilizados ao longo da história da humanidade, incluindo terminologias como: Inválidos, Incapacitados, Defeituosos, e Pessoas Deficientes. Tais termos foram, por muito tempo, utilizadas como referência conceitual a esta categoria.

No Brasil, atualmente se adota o termo “Pessoa com deficiência”, bem como o modelo social para conceituação da Pcd. A Lei nº 13.146 de 06 de Junho de 2015, em seu artigo 2º, traz a seguinte definição “Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”. Essa definição corresponde à prevista na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência de 2007, a qual foi o primeiro tratado internacional aprovado com status de Emenda à Constituição nos termos do parágrafo 3º do art. 5º da Constituição Federal de 1988.

Deste conceito, compreendo que de fato o núcleo da definição das pessoas com deficiência deve ser a interação dos impedimentos que as pessoas têm com as diferentes barreiras sociais, que resultam na obstrução de sua participação em condições de igualdade na sociedade. Isto porque, a deficiência não pode mais ser vista como algo intrínseco à pessoa, como pregavam as definições médicas. A antropóloga Debora Diniz, na obra *O que é deficiência*, cita que Jorge Luis Borges, escritor argentino cego, em uma de suas obras, relata que a cegueira deve ser compreendida como “um modo de viver, assim como também a surdez e lesão medular devem ser vistas como diferentes modos de vida” (Diniz, 2007, p.08).

Diante deste contexto, a autora cita que “Esse é um campo pouco explorado no Brasil não apenas porque a deficiência ainda não se libertou da autoridade biomédica, com poucos cientistas sociais dedicando-se ao tema, mas principalmente porque a deficiência ainda é considerada uma tragédia pessoal, e não uma questão de justiça social” (Diniz, 2007, p. 11).

Assim, podemos observar que o que existe são contextos sociais poucos sensíveis à compreensão da diversidade corporal como diferentes estilos de vida (Diniz, 2007, p. 08), haja vista que a obstrução da participação dessas pessoas na sociedade não ocorre por causa dos impedimentos da pessoa, mas sobretudo pela ausência de inclusão no meio social.

Um cadeirante, por exemplo, pode ir a escola, sua limitação não o impossibilita para o acesso a educação, mas que para que isso ocorra é necessário que as ruas, ônibus e escolas sejam acessíveis, assim como também as barreiras atitudinais sejam eliminadas, afim de facilitar a sua inserção no meio social assim como qualquer outro modo de vida precisa ser inserido.

Desse modo, quando falamos em tornar algo acessível, devemos compreender primeiro o significado de acessibilidade. Assim apresento, a compreensão deste termo elencado no art . 3º, inciso I, da lei nº 13.146 de 06 de Junho de 2015, a qual considera acessibilidade:

[...] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.(art . 3º, inciso I, da lei nº 13.146 de 06 de Junho de 2015).

A partir deste conceito, compreendo que a acessibilidade significa promover ferramentas que gerem independência e autonomia para PcDs e pessoas com mobilidade reduzida, a fim de efetivar sua participação e direitos no corpo social. Atualmente, ainda faltam muitas ferramentas para facilitar a participação das PcDs na sociedade, talvez, a maior delas esteja no acesso a educação, haja vista as disparidades de acesso em relação as outras pessoas.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o percentual de PcD nas universidades não chega a 1% em relação as outras pessoas. No caso de mulheres com deficiência, a situação chega a ser ainda mais crítica, tendo em vista que ao observarmos o Censo da Educação Superior do ano de 2021, não é possível identificar estatísticas que quantifiquem matrículas de estudantes com deficiência a partir de critérios de gênero, o que impossibilita a percepção de avanços no tocante à participação de mulheres com deficiência no ensino superior.

Compreendo que este cenário marcado por tantas disparidades e invisibilidade é fruto de percepções preconceituosas e discriminatórias ainda não superadas. Segundo Rossi “A visão sobre a deficiência nem sempre foi a mesma e muda conforme a cultura, o tempo e o espaço” (Rossi, 2020, p.3,apud,M.S.T. corrêa; R.K.N. aráujo,2021, pág.5). Neste ínterim, observo que os novos tempos, espaços e culturas, por si só, em pouco ajudaram as PcDs. O fato é que as discriminações e preconceitos ainda existem. A falta de empatia com o próximo diante de suas diferenças, ainda fala mais alto. Acredito que o problema esteja em não colocar em pauta as demandas daqueles que se quer são convidados para participar das decisões que vão influenciar diretamente sua própria vida. Conforme bem pontua Nussbaum, uma sociedade é justa não quando as condições econômicas estão altas, mas sim quando proporciona que todos os seus cidadãos tenham acesso e possam exercer suas capacidades, com minimanente o direito a dignidade humana. (NUSSBAUM, 2013, p.91).

Feitas essas considerações, vimos que as percepções sobre as pessoas com deficiência mudaram ao longo do tempo, no entanto, essas mudanças por si só não são suficientes para promover a inclusão e igualdade para esta categoria. Assim concluo que a deficiência não está pessoa, mas nas percepções que inibem sua participação em sociedade, afinal elas podem frequentar escolas, praças públicas e empresas. Desse modo, visando dar maior visibilidade para esta questão, este estudo se propõe a analisar a existência de um direito básico, o direito à educação. Neste ínterim, veremos nos tópicos seguintes questões relacionadas de forma específica, ao acesso a educação de mulheres Pcds.

## **2.2 Não falo, logo, não existo: Reflexões acerca do lugar de fala da mulher na produção do conhecimento**

*Por que eu escrevo?  
Por que tenho que  
Porque minha voz  
em todas suas dialéticas  
foi silenciada por muito tempo  
Jacob Sam-La Rose.*

No últimos tempos, a expressão “lugar de falar” têm sido muito utilizada na academia e debates públicos. Segundo Mello e Cabistani (2019, p.126), o termo serve “para reivindicar o poder de falar e produzir discursos contra-hegemônicos e, assim, quebrar com a autorização discursiva de somente um grupo, o qual se entende como sujeito universal, comumente representado pelo homem branco, cis e hétero (e, importante marcar, dotado de um corpo adequado a uma suposta normalidade)”. Nesta perspectiva, podemos refletir acerca de quem pode ou não falar em um contexto de sociedade que historicamente foi marcada pelo patriarquismo, sexismo e capacitismo. Deste ponto de vista, devemos pensar também nos grupos mais subalternizados ao longo da história, tais como, as mulheres.

No nosso país, o direito à educação para as mulheres ocorreu de forma muito gradual e lenta. Enquanto homens eram ensinados a ler e escrever, a educação feminina era voltada para o cuidado com o marido, a casa e os filhos. Segundo Lopes (2018), a mulher ocupava cadeira desprivilegiada no que diz respeito a produção do saber científico:

“Este lugar desprivilegiado se constituiu pelas desvantagens historicamente acumuladas: primeiro, as proibições de acesso aos processos de escolarização, baseadas em argumentos da incapacidade intelectual, em virtude de seus aspectos biológicos; segundo o destino quase que irremediável dos cuidados com o lar e a família” (Lopes, 2018, pág.125).

Esta compreensão coaduna com o entendimento de que a exclusão das mulheres dos lugares de produção de conhecimento não é recente, haja vista que remonta diversos períodos que marcam a História, desde o período Imperial até os dias atuais. Isto pode ser evidenciado, por exemplo, nos discursos que apontam o lugar da mulher na ciência, com base no seu gênero. Na análise de Santos, Figueiredo e Hage (2019), a divisão da ciência em apontar a cadeira da mulher e do homem a partir dos critérios de gênero, demonstra que a ciência não é tão neutra como se imagina, o que conseqüentemente contribui para a invisibilidade feminina na produção científica.

Concomitantemente, este cenário de invisibilidade chega a ser ainda mais sensível para uma classe de mulheres: as com deficiência, tendo em vista que além de ter que lidar com questões próprias de gênero, estas ainda se deparam com os obstáculos da deficiência. Segundo Lopes (2018):

“A tradicional e cultural incapacidade que se atribui à mulher acaba por se potencializar em função de sua deficiência, segregando-a, impondo e negando a estas mulheres direitos fundamentais, especialmente à educação superior, a qual compõe um nível de educação – estruturado e regulamentado em lei – e realizado através de instituições de ensino” (Lopes, 2018, pág.56)

Diante disto, se percebe que a unificação entre estes dois fatores (gênero e deficiência) faz com que estas pessoas sofram ainda mais com as opressões e discriminações opostas pelas manifestações capacitistas. Segundo Lopes, “ “deficiência” e “gênero” apresentam um alicerce discriminatório similar (comum), cuja biologização das relações sociais constituem ênfases em dicotomias (forte x fraco; superior x inferior, normal x anormal) que destituem a condição de humanidade plena. (LOPES, pág.117)”. Nesse mesmo contexto, a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência retrata em seu artigo 6 que os estados partes da convenção reconhecem que as mulheres com deficiência estão sujeitas a múltiplas formas de discriminações , ao mesmo tempo em que também se comprometem a promover medidas que assegure o pleno e igual exercício de todos direitos humanos. Do ponto de vista inclusivo, estas dicotomias geram impactos negativos na maneira de lidar com as demandas direcionada as PcDs, especialmente nas questões relacionadas ao acesso a educação.

No plano da Política Nacional de Educação Especial, os objetivos são claros ao elencar que é dever de todos e responsabilidade do estado promover o acesso a educação, em qualquer nível, etapa e modalidade, sem qualquer tipo de discriminação e preconceito. No entanto, talvez motivados por falta de conhecimento, situações capacitistas colocam alunos PcDs em situações de vulnerabilidade desde o primeiro acesso as Instituições de Ensino.

Para Nussbaum :



“É claro que até bem pouco tempo, na maioria das sociedades modernas, essas pessoas não eram sequer incluídas na sociedade. Eram excluídas e estigmatizadas; não havia movimento político para incluí-las. Principalmente pessoas com impedimentos mentais graves não tinham nem mesmo acesso à educação. Elas eram escondidas em instituições ou abandonadas à morte, por negligência; jamais foram consideradas parte do universo público. Assim, não surpreende que os pensadores do contrato social clássico não as imaginassem como participantes na escolha dos princípios políticos, ou, ainda, que desejassem aderir a pressuposições fundacionistas (por exemplo, uma igualdade preliminar de capacidade e de habilidades física e mental) que, na verdade, asseguravam que elas não seriam incluídas no estágio inicial, fundacional (NUSSBAUM, 2013, p. 19)

É claro que até bem pouco tempo, na maioria das sociedades modernas, essas pessoas não eram sequer incluídas na sociedade. Eram excluídas e estigmatizadas; não havia movimento político para incluí-las. Principalmente pessoas com impedimentos mentais graves não tinham nem mesmo acesso à educação. Elas eram escondidas em instituições ou abandonadas à morte, por negligência; jamais foram consideradas parte do universo público. Assim, não surpreende que os pensadores do contrato social clássico não as imaginassem como participantes na escolha dos princípios políticos, ou, ainda, que desejassem aderir a pressuposições fundacionistas (por exemplo, uma igualdade preliminar de capacidade e de habilidades física e mental) que, na verdade, asseguravam que elas não seriam incluídas no estágio inicial, fundacional (2013, p. 19)

Nesse sentido, ainda que programas e leis venham assegurar os direitos básicos das pessoas com deficiência, se deve considerar que os lugares de escolha dos princípios políticos e o acesso a produção e disseminação de conhecimento, não são ocupados de maneira equitativa para todos. Segundo Mello e Cabistani, o que vem ocorrendo é “um desequilíbrio entre os grupos na ocupação de lugares de produção e disseminação de conhecimento, como as universidades, e na ocupação de instâncias de poder, como a política institucional. Assim, as vozes destes grupos não são representadas, tampouco catalogadas, a ponto de produzirem um discurso sólido na sociedade. Por isso, o poder de “falar”, para além de simplesmente emitir palavras, diz respeito ao poder de existir”. (Mello e Cabistani, 2019, p.126)

Diante disto, com a finalidade de dar ênfase e explicar melhor as questões relacionadas aos lugares de fala, tratarei no tópico posterior acerca do capacitismo na educação como uma forma de exclusão das pessoas com deficiência.

### **2.3 Capacitismo e Deficiência: reflexões acerca dos desafios e soluções para a promoção de uma educação anticapacitista**

Capacitismo é o termo utilizado para caracterizar a discriminação e o preconceito social contra as pessoas com deficiência. Em outras palavras, significa dizer que sua compreensão se traduz na ideia de que as PcDs são menos humanas, eficientes e capazes.

Atualmente, podemos facilmente verificar as manifestações capacitistas nas ações em espaços educacionais. A resistência de professores em adequar suas metodologias as estudantes Pcds, bem como a atitude de colegas em colocar barreiras para inserir estas pessoas em grupos de trabalho, são exemplos claros de como isto ocorre na prática. Diante disto, compreendo que todas as barreiras, sejam elas atitudinais ou físicas que obstam a plena e efetiva participação destas pessoas e acabam por criar uma certa “hierarquia” sobre o modo de aprender, devem ser combatidas por ações anticapacitista. Acredito que, no contexto educacional, as Pcds devem ser incentivadas a ter autonomia e confiança, no limite de suas possibilidades assim como qualquer aluno considerado “normal”.

É com esse pensamento que trago as abordagens das Capacidades de Martha Nussbaum, a qual desenvolve uma teoria de justiça que associa os direitos humanos e o estabelecimento de garantias básicas e mínimas, ao direito das Pcds de viverem com dignidade. Nussbaum, ao abordar as capacidades, retrata que esta se constitui como uma possibilidade de melhorias no que concerne as garantias fundamentais que apregoam as concepções contratualistas. Neste ponto, especificamente, a partir da teoria contratualista de Rawls, Nussbaum entende que sob a égide do contrato social, as pessoas com deficiência eram discriminadas e excluídas do corpo social, haja vista que considerada pessoas não-cooperativas, o que permite inferir que na atualidade esta visão ainda é recorrente.

Ao enfatizar sobre essa temática, (NUSSBAUM, 2013, p. 18- 22), alerta que o contratualismo gera grande desigualdade à todos, mas que as pessoas com deficiência, são ainda mais vulneráveis. Isto porque, a busca pela produtividade, características esta, centralizadora do modelo do contrato social, faz com que esse grupo seja desvalorizado por suas diferenças, haja vista que as definições contratualistas partem do pressuposto de que se não podem contribuir adequadamente, também não devem ter suas demandas observadas.

Neste contexto, a autora elenca dez capacidades principais que são responsáveis por garantir o mínimo de vida digna as pessoas com deficiência, sendo as seguintes:

- “1. Vida: ter a capacidade de viver até o fim de uma vida humana de duração normal, não morrer prematuramente ou antes que a própria vida se veja reduzida de tal forma que não valha a pena vivê-la.
2. Saúde física: Ser capaz de ter boa saúde, incluindo a saúde reprodutiva; de receber uma alimentação adequada; de dispor de um lugar adequado para viver.
3. Integridade física: Ser capaz de se movimentar livremente de um lugar a outro; de estar protegido contra-ataques de violência, inclusive agressões sexuais e violência doméstica; dispor de oportunidades para a satisfação sexual e para a escolha em questões de reprodução.
4. Sentidos, imaginação e pensamento: Ser capaz de usar os sentidos, a imaginação, o pensamento e o raciocínio - e fazer essas coisas de um modo verdadeiramente humano, um modo informado e cultivado por uma educação adequada, incluindo, sem limitações, a alfabetização e o treinamento matemático e científico básico. Ser capaz de usar a imaginação e o pensamento em conexão com experimentar e produzir obras ou eventos, religiosos, literários, musicais e assim por diante, da sua própria escolha.

Ser capaz de usar a própria mente de modo protegido por garantias de liberdade de expressão, com respeito tanto à expressão política quanto artística, e liberdade de exercício religioso. Ser capaz de ter experiências prazerosas e evitar dores não benéficas.

5. Emoções: Ser capaz de manter relações afetivas com coisas e pessoas fora de nós mesmos; amar aqueles que nos amam e que se preocupam conosco; sofrer na sua ausência; em geral, ser capaz de amar, de sentir pensar, sentir saudades, gratidão e raiva justificada. Não ter o desenvolvimento emocional bloqueado por medo e ansiedade. (Apoiar essa capacidade significativa de associação humana que podem se revelar cruciais para seu desenvolvimento.)

6. Razão prática: Ser capaz de formar uma concepção de bem e de ocupar-se com a reflexão crítica sobre o planejamento da própria vida. (Isso inclui proteção da liberdade de consciência e de prática religiosa.)

7. Afiliação: A. Ser capaz de viver com e voltado para outros, reconhecer e mostrar preocupação com outros seres humanos, ocupar-se com várias formas de interação social; ser capaz de imaginar a situação do outro. (Proteger essa capacidade significa proteger as instituições que constituem e alimentam tais formas de afiliação e também proteger a liberdade de associação e de expressão política.) B. Ter as bases sociais de autorrespeito e não humilhação; de ser tratado como um ser digno cujo valor é igual ao dos outros. Isso inclui disposições de não discriminação com base em raça, sexo, orientação sexual, etnia, casta, religião, origem nacional e deficiências.

8. Outras espécies: Ser capaz de viver uma relação próxima e respeitosa com animais, plantas e o mundo da natureza.

9. Lazer: Ser capaz de rir, brincar, gozar de atividades recreativas.

10. Controle sobre o próprio ambiente: A. Político: Ser capaz de participar efetivamente das escolhas políticas que governam a própria vida; ter o direito à participação política, proteções de liberdade de expressão e associação. B. Material: Ser capaz de ter propriedade (tanto de bens imóveis quanto de móveis) e ter direitos de propriedade em base igual à dos outros; ter o direito de candidatar-se a empregos em base de igualdade com os demais; ter a liberdade contra busca e apreensão injustificadas. No trabalho, ser capaz de trabalhar como ser humano, exercendo a razão prática e participando de relacionamentos significativos, de reconhecimento mútuo com demais trabalhadores” (NUSSBAUM, 2013, p. 91, 92, 93).

Da análise desta abordagem de Nussbaum, compreendo que as capacidades elencadas servem como uma quebra de paradigmas, para que tais direitos não sejam excluídos a priori, ou seja, as PcDs tenham o direito de viver uma vida plena. Acredito, que para que haja direitos fundamentais pensados sobre o bem-estar mínimo destas pessoas, estas devem participar das decisões e ações que tenham repercussão em suas vidas. Assim, acredito que o investimento educacional por meio de políticas inclusivas justas e eficazes iram contribuir para que as PcDs estejam mais preparadas para propor suas próprias demandas.

## 1 PERCURSO METODOLÓGICO

Na procura de uma metodologia que pudesse dar visibilidade as percepções das participantes e que também alcançasse os objetivos desta pesquisa, optei pelo estudo de campo de natureza qualitativa, considerada por Maria Helena Michel como uma abordagem na qual:

“verifica-se a realidade em seu contexto natural, tal como ocorre na vida real, procurando dar sentido aos fenômenos ou interpretá-los, de acordo com os significados possuem para as pessoas implicadas nesse contexto. A finalidade primeira da pesquisa qualitativa não é mostrar opiniões ou pessoas; ao contrário, pretende explorar o espectro de opiniões e as diferentes representações sobre o assunto em estudo.” (MICHEL, 2015, p. 40)

Justifico essa escolha porque o objetivo desse estudo é investigar a trajetória acadêmica de mulheres com deficiência matriculadas na UFOB a partir das suas próprias percepções e traçar um diagnóstico das condições de acesso e permanência dessas estudantes na Universidade.

A compreensão dos procedimentos está sustentada na coleta de dados. A primeira etapa foi realizada através da entrevista semiestruturada que segundo Maria Helena Michel (2015, p.87) “É a técnica de coleta de dados que dá maior oportunidade de avaliar atitudes, condutas, registro de reações, gestos, enfim, obter dados relevantes que não se encontram em fontes documentais; as informações podem ser comprovadas de imediato”.

Nessa fase, utilizei um banco com 15 questões de elaboração própria (Apêndice B) a qual norteou as entrevistas. Ao total, foram entrevistadas 4 (quatro) mulheres, cuja a amostragem foi do tipo intencional e o número foi definido por saturação, na medida em que as entrevistas possibilitaram responder o seguinte problema: Como a inclusão das mulheres com deficiência ocorre na UFOB? Para a realização da amostra, observei três variáveis de trabalho: 1ª. Tipo de deficiência; 2ª. tipo de curso e 3ª. Turno de Curso, dentre as identificadas entre as estudantes elegíveis. As entrevistas ocorreram de forma gradativa, após entrevistar uma pessoa, a convidada seguinte era intencionalmente uma pessoa com outro tipo de deficiência, outro curso e outro turno, o que foi atendido na medida em que havia disponibilidade dos entrevistados. As entrevistas foram gravadas e depois transcritas.

Para análise dos dados obtidos na etapa acima, utilizei a análise de conteúdo, descrita por Bardin como [...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimento sistemático e objetivo de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (1998 p. 42) .

### **3.1 Do espaço e Tempo da realização da pesquisa**

A UFOB foi criada em 05 de junho de 2013, por meio da Lei nº 12.825, sancionada pela presidenta Dilma Rousseff. A instituição é fruto do desmembramento do Instituto de Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável (ICADS) da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Atualmente, a Universidade está sediada em Barreiras e possui estrutura multicampi, descentralizada, com campus em Bom Jesus da Lapa, Barra, Santa Maria da Vitória e Luís Eduardo Magalhães.

A instituição conta com 30 cursos de graduação – entre licenciaturas, bacharelados e bacharelados interdisciplinares -, além de alguns programas de mestrado. O alvo de estudo desta pesquisa foi o Campus de Barreiras – Campus Reitor Edgar Santos – sede da Universidade, onde estão concentrados a maioria dos cursos de graduação e de pós graduação, entre eles o curso de Bacharelado em Direito ao qual estou vinculada.

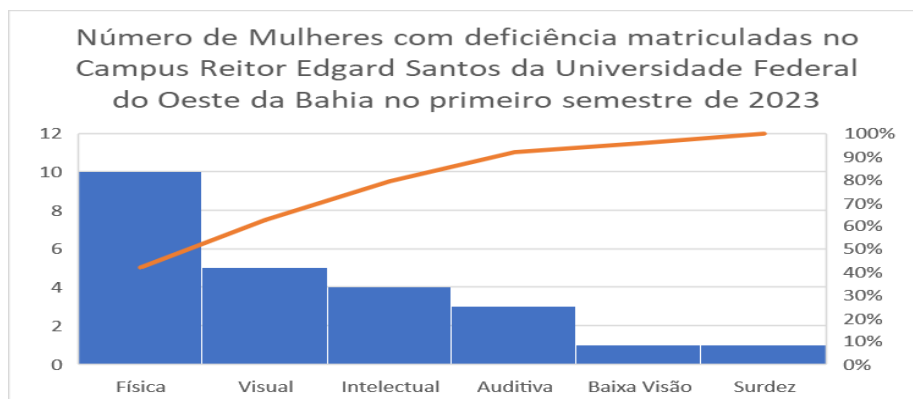
Para atender aos acadêmicos com deficiência, a Instituição conta com o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI).

Ademais, as entrevistas ocorreram de forma presencial e individual nos espaços da UFOB do Campus Reitor Edgard Santos, entre os meses de Abril e Junho de 2023.

### 3.2 Os sujeitos envolvidos na pesquisa, procedimentos e instrumentos de coleta de dados

Os sujeitos dessa investigação são as mulheres estudantes com deficiência físico-motora matriculadas no campus Reitor Edgard Santos. Foram excluídas desta análise os casos de deficiência intelectual, por entender que o tempo disponível para a realização da pesquisa e a natureza do trabalho de conclusão de curso são fatores limitantes para essa inserção. Assim, de acordo com os dados e informações fornecidos pelo NAI- Núcleo de Acessibilidade e Inclusão, o campus de Barreiras conta com 24 alunas matriculadas, com os tipos de deficiência descritos na tabela abaixo:

#### Gráfico nº1: Quantidade de alunas conforme o tipo de deficiência



**Fonte: Elaboração própria a partir de informações fornecida pela Coordenação do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão- NAI. UFOB, Barreiras/Ba.**

Dentre as 24 estudantes matriculadas, apenas 4 (quatro) estudantes com diferentes deficiências, matriculadas em diversificados cursos e turnos da universidade foram entrevistadas, tendo em vista, o tempo para realização da pesquisa bem como a natureza deste trabalho. Cabe destacar, que o projeto de pesquisa previa realizar 8 entrevistas, número que não era uma meta fixa, mas uma previsão, sendo que o objetivo era alcançar a saturação, ou seja, o número de entrevistas necessários para alcançar os objetivos da pesquisa. No entanto, a meta não foi alcançada devido à não disponibilidade de alguns dos convidados, a ocorrência de desmarcações e o limite de tempo próprio da natureza de um trabalho de conclusão de curso. Apesar disso, acredita-se que os objetivos definidos foram alcançados de maneira satisfatória, o que não exclui a importância de realização de pesquisas futuras com maior aprofundamento sobre a realidade estudada.

Cabe destacar que o agendamento e realização das entrevistas somente ocorreu após o parecer favorável e aprovação do projeto de investigação pelo Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo seres humanos. Durante as entrevistas, as participantes, individualmente, assinaram os Termos de Esclarecimento Livre e Esclarecido.

### **3.3 Meu nome è “Maria” : Caracterização das participantes**

Afim de preservar as identidades das entrevistadas, optei por apresentá-las com nomes fictícios, assim utilizarei o termo Maria + nome de alguma flor que represente a força e a vitaliciedade. Justifico a escolha, porque nada seria mais justo do que caracterizar essas mulheres pela resiliência e força de vontade que elas possuem. Desse modo, apresento a seguinte tabela:

**Tabela nº1- Caracterização das participantes**

<b>Deficiência:</b>	<b>Pseudônimo</b>
Física	Maria Lirios
Auditiva	Maria Violeta
Baixa Visão	Maria Girassol
Baixa Visão	Maria Margarida

## **4 CONDIÇÕES DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE MULHERES COM DEFICIÊNCIA ESTUDANTES DA UFOB: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

*A gente consegue entrar.  
Mas quando a gente chega aqui,  
a gente não tem,  
tipo, apoio, né? (Maria Lírios)*

Na epígrafe, Maria Lírios aponta para o eixo norteador deste trabalho: as questões relacionadas ao “acesso” e a “permanência” no ensino superior. A lei 13.409/2016 determina a obrigatoriedade de reserva de vagas para estudantes com deficiência em instituições públicas federais de ensino técnico e superior, no entanto, será que esta última, esta preparada para receber esses alunos?

Partindo desta indagação é que serão tecidas reflexões como se dá o acesso e a permanência das mulheres PcDs estudantes da UFOB. Acredito que as mulheres com deficiência buscam afirmação e querem ser ouvidas. Diante desta consideração, cabe mencionar que neste estudo foram realizadas entrevistas com 4 (quatro) estudantes com deficiência, física, visual e auditiva, matriculadas em diferentes cursos e turnos da universidade.

As entrevistas foram transcritas, organizadas e analisadas conforme a literatura encontrada sobre o tema. Na procura de uma melhor organização das respostas obtidas através das entrevistas, que pudesse dar visibilidade a perspectiva dos sujeitos do estudo, e também considerando os objetivos do mesmo, criou-se para esta etapa do estudo os seguintes tópicos: **“Conhecendo: Como se dá o acesso de estudantes com deficientes na Ufob?”**; . Dessa forma, para cada tópico, tem-se uma síntese das respostas das entrevistadas e uma análise que se dá em diálogo com a fundamentação teórica.

Com isso, pretendo demonstrar o cenário atual de inclusão das mulheres com deficiência a fim de que ferramentas de inserção e integração sejam fomentadas e desenvolvidas para promoção da igualdade de direitos e oportunidades dentro da IES.

#### **4.1 Conhecendo: Como se dá o acesso de estudantes com deficiência na Ufob?**

Antes de me adentrar ao tema especificamente proposto, é necessário situar que neste tópico o termo “acesso” , tratará em essência da forma de entrada/ingresso dos estudantes com deficiência. Dessa forma, buscando identificar neste primerio momento, apenas quais são as formas de ingresso dos alunos PcDs, constatei que a IES investigada adota a política de ações afirmativas baseada na reserva de vagas definida pela , regulamentada pelo Decreto nº 7.824/2012 e pela Portaria Normativa no 18/2012 – MEC. Especificamente para a categoria de pessoas com deficiência, a instituição oferece as seguintes categorias de inscrição:

L9: Candidatos(as) com deficiência que tenham renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012 e Lei nº 13.409/2016).

L10: Candidatos(as) com deficiência autodeclarados(as) pretos(as), pardos(as) ou indígenas, que tenham renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012 e Lei nº 13.409/2016)

L13: Candidatos(as) com deficiência que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº18/2012), tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012 e Lei nº 13.409/2016).

L14: Candidatos(as) com deficiência autodeclarados(as) pretos(as), pardos(as) ou indígenas que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012 e Lei nº 13.409/2016).

Diante dessas informações, busquei averiguar, junto as estudantes participantes, a categoria utilizada para o ingresso na IES, levando em consideração os aspectos dos fatores de renda e escola pública para a escolha da modalidade. Como resposta obtive que todas as entrevistadas ingressaram na IES através das vagas reservadas pela lei de cotas, sendo relevante preponderar que os fatores de renda e ensino em escola pública foram distintos. Enquanto Maria Lirios, Violeta e Margarida ingressaram pela cota L14, Maria Girassol teve seu acesso pela categoria de vagas L9.

Neste íterim, compreendo que a lei de cotas, é uma medida importante para a democratização do ensino superior, na medida que passa a incluir os grupos historicamente subalternizados e excluídos pela sociedade, como é o caso das mulheres com deficiência que ainda perpassam por uma dupla vulnerabilidade social. Sobre esta questão, Nussbaum defende que as ações afirmativas proporcionam não apenas a inclusão a este grupo que é marginalizado, mas também a inserção no corpo social que acaba por contribuir para que os estigmas já colocados sobre eles sejam quebrados (NUSSBAUM, 2013, p.121-123).

Desse modo, entendo ser esta uma ferramenta importante para a construção de um ambiente igualitário em que as vozes femininas possam sejam ouvidas e observadas, pois, a inclusão educacional permite não apenas o acesso ao ensino, mas sobretudo possibilita a construção do eu-aluno em sociedade em todas as suas dimensões. Assim, acredito que as políticas públicas inclusivas perpassam a inclusão e ajudam na eliminação de preconceitos através do acesso ao ensino. No entanto, convém mencionar que o termo “acesso” quando interligado as pessoas com deficiência, não deve ser interpretado em sentido estrito, como entrada/ingresso, mas em sentido amplo conforme entendimento de Castro, S. F. & Almeida, M. A:

“ Cabe destacar que "acesso" é compreendido de uma maneira ampla, ou seja, corresponde não só ao ingresso à universidade (por meio de um processo seletivo, justo e atento às necessidades dos alunos com deficiência), mas a permanência desse aluno na instituição (subsídios que garantam condições adequadas para a conclusão com sucesso do curso). Assim, acesso implica processo de mudança, e está relacionado a criar condições legais e direitos igualitários”(Castro, S. F. & Almeida, M. A, 2014, p.180 apud MANZINI, 2008)



È com esse entendimento que tratarei nos tópicos posteriores acerca da importância das condições de permanência para um efetivo acesso ao ensino superior.

#### **4.2 No meio do trajeto tinha uma barreira. Tinha uma barreira no meio do trajeto: Uma análise sobre as condições de permanência das mulheres com deficiência matriculadas na UFOB**

Conforme vimos anteriormente a lei 13.409/2016 é um importante marco legal que determina a obrigatoriedade de reserva de vagas para estudantes com deficiência em instituições públicas federais de ensino técnico e superior. No entanto, muito embora isto represente um significativo avanço quanto a garantia do acesso a educação das Pcds, é importante frisar que por si só, não garante a formação desses estudantes. Assim, apresentarei neste tópico as principais dificuldades encontradas pelas participantes em relação as suas condições de permanência na IES investigada, a fim de demonstrar a realidade vivenciada no processo de formação educacional no ensino superior.

Durante o processo de investigação, vários fatores me permitiram inferir que a UFOB ainda apresenta muitas falhas no que se concerne a inclusão de pessoas com deficiência. O primeiro fator se refere a falta de preparo da instituição, que é de fácil percepção pelas estudantes. É o que podemos perceber, por exemplo na fala de Maria Margarida que relata que:

“na verdade, eu fui mais cedo, né, no primeiro dia. E eu tomei a iniciativa de procurar professores, coordenadores. [...]; No segundo dia, acho que foi no segundo dia, que eu fiquei assim, gente, o que eu tô fazendo aqui? [...]; Eu falei assim, eu não deveria estar aqui, então eles não estão preparados pra me receber, sabe? Tipo assim, as pessoas aqui estão me ignorando, né? Tipo, eu vim parar aqui, e aí como as pessoas não estão preparadas pra lidar com essa situação, estão me deixando de lado, né?” ( Maria Margarida).

Nessa situação, Margarida relatava que logo nos primeiros dias de aula ocorreu uma dinâmica com um filme legendado e que em seguida foi realizado um tour pela instituição, a qual o responsável pela apresentação apontava para placas, imagens, portas e corredores. Vale ressaltar que Margarida possui baixa visão.

Neste sentido, essa situação nos leva a seguinte indagação: A instituição disponibiliza algum mecanismo de acompanhamento e recepção para esses alunos logo nos primeiros dias de aula?. A resposta, lamentavelmente é que não. Através dos relatos das outras participantes, também foi possível constatar que nenhuma delas foram recepcionadas e ouvidas acerca de suas necessidades e condições no primeiro dia de aula. Talvez, a grande questão que se entrelaça a essa

falta de iniciativa da IES investigada, está no fato de que os espaços de decisão, acerca por exemplo, da semana de integração universitária (termo utilizado para retratar a primeira semana de aula pós-férias da instituição) não têm representação desta categoria.

Em cinco anos de experiência como aluna na IES investigada, nunca presenciei a representação destas pessoas nessa cadeira. Assim, retomo o que foi abordado no referencial teórico desta pesquisa, especificamente no que concerne a importância do lugar de fala e sobre as questões relacionadas as manifestações capacitistas que excluem as pessoas com deficiência e corrobora para segregação social e proliferação das desigualdades. Segundo Mello (2019):

“Apesar dos avanços conquistados pelas lutas travadas pelos movimentos das pessoas com deficiência, este grupo social ainda ocupa poucos lugares nas universidades, na política institucional, nos cargos de chefia e nas mídias, ou seja, nos lugares onde os discursos são produzidos e mais amplamente disseminados” (MELLO, 2019, p.133).

Outro fator que colabora para esses problemas em enfoque é a relação entre professores e alunos que é fundamental para o processo de ensino-aprendizagem nos ambientes educacionais. A partir desta interação, a inclusão ou exclusão acontece. Neste sentido, com o objetivo de compreender essa interação, questionei as entrevistadas acerca das suas respectivas relações com os professores. Obtive as seguintes respostas:

não têm nenhum conhecimento. Eles me tratam como se fosse qualquer aluno. (Maria Lirios).

Antes os professores nem sabiam da existência dos alunos com algum tipo de deficiência né. Hoje nem todos fazem isso, mas alguns já tomam a iniciativa, perguntam né, se tem alguém que precisa de alguma coisa, é bem, são poucos né, já tem, antes nem tinha e agora, inclusive eles ficavam até surpresos quando a gente realmente informava. (Maria Margarida).

Por exemplo, inicia o semestre, que é o professor que ainda não tive, peguei aula com eles, né? Aí eu chego e falo. Ah, professor, eu tenho baixa a visão, né? Aí, eles falam assim... Se você precisar de algum suporte, você me fala, de letra maior você me fala. Mas é muito complicado, por quê? Se ele vai passar um slide lá no negócio, eu não consigo enxergar direito e ela fala fica aqui bem pertinho, aí eu tenho que ir lá pra frente e fico lá em cima do quadro, lá em cima do negócio pra poder estar vendo né? Às vezes explica alguma coisa e escreve lá, eu não tenho como fazer, é mais... Não é fácil né? (Maria Violeta)

Assim, professores eu comento sempre né, até porque a questão é que tem professor que vai explicar o assunto ele explica muito baixo, então, eu tenho que falar pra poder alterar um pouquinho a voz pra explicar mais alto. E tem professor que eu nem falo, porque de natureza ele já falo alto, então, isso já é maravilhoso pra mim. Mas, no geral, eu sempre falo quando eu vejo que o professor fala baixo. (Maria Girassol).

Da análise das respostas, constato que aos estudantes PcDs tomam a iniciativa para informar os docentes acerca da sua qualidade. De acordo com informações obtidas pelo Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da Ufob (NAI) os docentes da Instituição não recebem nenhum tipo de apoio institucional quanto a formação profissional em prol da promoção da acessibilidade, o que talvez influencie no processo de recepção e inclusão desses estudantes. Sobre esta questão, cumpre

mencionar que a Resolução Ceea/Consuni/Ufob nº 009, de 03 de dezembro de 2021, prevê dentre outras normas institucionais, a seguir elencadas:

Art. 41. Matrícula é o ato que vincula o estudante com a Universidade e será concedida ao:

§ 2º Na definição dos procedimentos de matrícula a que se refere o parágrafo 1º do caput deste artigo, deve-se assegurar às pessoas com deficiência o atendimento prioritário e a acessibilidade.

....

Art. 71. Deve-se assegurar às pessoas com deficiência e necessidades educacionais especiais o atendimento prioritário e as condições necessárias para Acessibilidade e Inclusão em todos os processos acadêmicos, ouvido o órgão responsável.

Art. 108. O Plano de Ensino é o instrumento que formaliza, semestralmente, o planejamento didático-pedagógico do componente curricular constante na matriz curricular do Projeto Pedagógico do Curso.

...

§ 4º Nas turmas com matrícula de estudantes com deficiência, o Plano de Ensino deverá prever adaptações que contemplem as metodologias de ensino, bem como procedimentos e instrumentos de avaliação.

Desse modo, verifico que a referida resolução estabelece a obrigatoriedade de adaptações as metodologias de ensino e avaliações nas turmas em que houver estudantes com deficiência matriculados. No entanto, conforme vimos acima, na prática, os professores desconhecem a condição destes alunos, até que eles mesmos informem. Visando me aprofundar sobre estas questões, perguntei as estudantes acerca dos métodos avaliativos em sala de aula. Obtive as seguintes respostas:

Às vezes os professores usam plataformas que não são acessíveis, por exemplo, quando se usa algum tipo de avaliação, questionário ou até mesmo prova pelo sigaa. O meu narrador ele não lê. Ele não reconhece, ou as vezes ele lê quando ele quer. Mas geralmente questionário ele não lê. Às vezes o professor faz alguma coisa e usa o google docs, ele também não lê. É uma plataforma assim que pra outras pessoas é bem comum e bem fácil, bem acessível, pra mim, no meu caso específico, não tem como, entendeu? E aí as vezes a gente até avisa “ professor não sei o que e aí a gente vai ver”, e depois ele esquece, sabe? ( Maria margarida).

Geralmente os que já sabem quando vai imprimir a avaliação, assim, se for escrita, eles colocam em fonte maior, sempre em fonte maior na letra né? Pra poder enxergar melhor pra me auxiliar melhor. (Maria Girassol)

A partir das experiências acima mencionadas, constato a existência da barreira denominada de pedagógica. Segundo Castro, S. F. & Almeida, M. A, as barreiras pedagógicas “ são aquelas evidenciadas na ação docente, nas práticas pedagógicas em sala de aula, na adequação do material didático, nas diferentes formas de acesso ao conteúdo ministrado pelos professores em sala de aula.” (Pág:184). As principais barreiras pedagógicas encontradas se referem à falta de preparo dos professores para identificar os alunos com deficiência, bem como de inseri-los nos mecanismos de aprendizagem através de didáticas e avaliações inclusivas que visem atender todas as PcDs, de acordo com suas particularidades, fazendo que quase que sempre os alunos tenham que tomar

iniciativa.

Destaco nesse ponto o relato de Margarida , “e depois ele esquece, sabe?” Essa fala demonstra que não está sendo feito um planejamento para incluir efetivamente o estudante durante todo o curso. Parece que as soluções adotadas são pontuais, ad hoc, não planejadas, por exemplo, mandar o aluno se aproximar do quadro.

Nas relações entre colegas de sala de aula, três participantes relataram que os colegas são compreensivos e dispostos a ajudar, enquanto uma relata as dificuldades de relacionamento. Neste ínterim, vejamos a transcrição dessa participante acerca desta questão:

eu falo sobre minha deficiência e meio que eles esquecem, eu vou pedir pra repetir, aí, eu não entendo, aí eu peço pra repetir de novo, eles parecem que ficam meio que com raiva, né? Porque ninguém gosta de ficar repetindo as coisas [...]. Eu já senti rejeição, tipo assim, eu estava em grupo a gente estava estudando, estava todo mundo conversando, eu sentada no meu canto, escutando, e eu vi que ninguém estava fingindo que eu não tava ali, fingindo que eu não tava existindo como se eu não tivesse ali, inexistente, isso acontece muito hoje em dia também, de estar ali, por exemplo, trabalhando em grupo. Por isso que eu odeio trabalho em grupo, porque eu sou rejeitada, tipo assim, o pessoal conversa entre si e eu fico de fora, isso acontece muito aqui na UFOB. Então, eu acho que é por questão das pessoas que estão ao redor. (MariaVioleta).

Conforme podemos verificar, especificamente nas falas de Margarida e Violeta, o verbo “esquecer” é empregado para demonstrar como professores e colegas agem diante de suas dificuldades. Essa situação é uma forma de manifestação do capacitismo que consiste na exclusão das PcDs. Somado a isso , é importante mencionar também as questões relacionadas a gênero e deficiência. Sobre essa questão, as entrevistadas quando questionadas acerca da dupla objeção relataram:

Sim, pelo fato de ser mulher, sim, porque fora a questão das dificuldades que você já tem, e no caso, por exemplo, de uma pessoa que tem baixa visão, que tem problemas de locomoção, e no meu caso, a baixa visão causa problemas de locomoção, vamos dizer assim, isso pode causar, a pessoa pode se ver em situações de perigo. E sendo mulher, eu acho que é mais comum ainda, assim, nesse contexto específico de você ser uma mulher com deficiência, eu acredito que o gênero feminino, ele com certeza está mais disposto a situações de risco, eu acredito. [ ..... ] mas eu falei assim, é, eu acho que eu estou segura aqui, mas segura, vamos dizer assim, em relação a pessoas, eu acho que ninguém vai fazer nada comigo, mas se alguma coisa assim na questão de barreiras físicas, sabe, alguma coisa que quer atravessar, alguma coisa assim, sei lá, lá também tem bicho, né, eu fiquei pensando assim, e eu estou sozinha aqui, e eu não enxergo, né, e fiquei assim, sabe, eu senti assim que realmente o fato de você ter uma deficiência e de você ser mulher, né, que às vezes tem certas coisas que você não sabe fazer, por exemplo, se aparecesse uma cobra, que é comum lá, né, o que eu ia fazer, sabe, quer dizer, eu não ia fazer nada, porque talvez eu era capaz de pisar, porque eu não ia nem ver, sabe, (Maria Margarida).

Já peguei algumas situações que eu estava em reunião só homens com um homem só. E aí acabaram me... Sabe quando você tem uma conversa e só conversam com aquele pessoal? Eu te exclui e me senti assim. Mas acho que foi algumas vezes pontuais também. E mais relacionadas a eu ser mulher mesmo. É... [.....] É como se eles só estivessem conversando entre eles. Como se só eles soubessem daquele assunto. Daquilo que eles estavam comentando. Eu também sabia, né? E aí eu me senti bem... Tipo... Você não precisa falar nada, sabe? A gente já sabe de tudo. É tudo bem chato. ( Maria Lirios)

por eu ser deficiente, por eu ter poucas capacidades de algumas coisas, eu, sendo mulher, eu prefiro ser do meu jeito, da minha forma e assim às vezes eu lembro que eu sofria muito bullying, quando eu era criança. Porque eu usava um aparelho, auditivo muito a mostra, muito grande, e aí, teve um menino um colega meu pequeno e aí eu estava indo em direção ao banheiro, aí tipo assim não tinha ninguém né, só tinha eu e ele me seguiu e começou a me bater, daí tirou meu aparelho, pisou em cima. [...]sou rejeitada mais pelas mulheres. Mas quando é com homens, também sou rejeitada da mesma forma. Eu acho que não sei se é pela falta de eu... Tipo assim, eles conversarem e eu não entender muito, eu acho que talvez seja isso, que eles talvez me rejeitem, ou talvez pelo fato de... Ah, ela é uma deficiente então deixa ela de lá. ( Maria Violeta)

Somado a isso, outro fator que merece ser preponderado diz respeito ao trajeto Casa-IES e IES- casa pode muitas vezes simbolizar um grande obstáculo na vida dessas pessoas. Vejamos o que as entrevistadas relataram sobre essa questão:

Então, eu tenho que sair mais cedo de casa para poder conseguir chegar no ponto no horário certo. Aí a dificuldade minha também na parada é, tipo, ficar em pé. Muito tempo em pé. Ou, às vezes, eu não consigo chegar cedo pra poder pegar um lugar para sentar. Então, eu tenho que ficar em pé. E tudo isso, eu sinto muita dor. Principalmente assim, quando chega de noite ou de manhã. Antes de acordar, eu já começo a sentir dor.(.....) E eu sinto medo. Então, eu não uso o elevador. Eu costumo caminhar mesmo. Eu prefiro caminhar. E aí, o que for de sentir dor depois, eu sinto. ( Maria Lirios)

Na verdade, hoje em dia é a parte que mais dificulta né. Porque em relação a algumas questões mesmo da universidade embora falte fazer muita coisa ainda né. Existe uma coisa maior assim em relação a algumas coisas. Mais essa questão que é só minha mesmo vamos dizer assim, ela é mais complicada de se resolver. Essa questão do transporte. [...]) Por que não tem como, por exemplo, eu sair e ir pro ponto de ônibus. É longe, além de ser meio perigoso pra mim, sair e atravessar a rua, semáforo, assim não tem como. (Maria Margarida).

porque eu não enxergo o nome lá no ônibus, né, pra poder ver a linha e pra onde é que vai, aí eu fico no ponto perguntando, daqui não porque ele tá aqui eu sei, mas quando vem eu fico perguntando, todo ônibus que passa, eu fico perguntando quem tá na parada aquele ônibus é qual a linha? Qual a linha? Aquele que vem? Qual a linha? Todo ônibus que vem eu fico perguntando quem tá perto de mim, qual é a linha pra me pegar? É a dificuldade maior é essa ( Maria Girassol)

A partir das falas das entrevistadas podemos perceber que a falta de condições de mobilidade é um fator preponderante para o processo inclusivo na IES. Cumpre frisar que não basta que a instituição reserve vagas e matricule esses alunos. É necessário ir mais além. Pensar em acesso, também é pensar em mecanismos de acesso e permanência, a questão do transporte também é uma delas.

Além disso, cumpre mencionar que em pesquisa sobre as formas de melhoramento ao transporte de estudantes com deficiência, constatei que na Universidade de São Paulo, por exemplo, existem minivans que buscam facilitar o acesso destes estudantes. Essas minivans são adaptadas e atendem PcDs que apresentem dificuldades de locomoção. O serviço pode ser solicitado por telefone e atualmente é um exemplo de ferramenta de acessibilidade .

Diante do exposto, observa-se que IES objeto deste estudo, apresenta barreiras atitudinais e barreiras nos transportes diante desta questão. Segundo o Estatuto da Pessoa com deficiência considera-se barreiras atitudinais “atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as

demais pessoas” (art.3º, IV, “e”); e barreiras no transporte como “as existentes nos sistemas e meios de transportes (art.3º, IV, “c”).

## **5 PROPOSTAS DE MELHORIA: UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DAS ESTUDANTES DA UFOB**

Romeu Kazumi Sasaki , em seu artigo intitulado “NADA SOBRE NÓS, SEM NÓS: Da integração á inclusão, retrata que esse lema “comunica a ideia de que nenhuma política deveria ser decidida por nenhum representante sem a plena e direta participação dos membros do grupo atingido por essa política”. Assim, objetivando valer esse lema, apresentarei as percepções das entrevistadas sobre as ações e políticas públicas que podem ser desenvolvidas pela IES. Afinal, as declarações por meio dos relatos demonstram a realidade daqueles que vivem na prática a necessidade de cada uma delas. Vejamos as percepções das estudantes participantes:

eu acho que poderia ter realmente monitores profissionais, com tempo dedicado exclusivo a isso e eu acho que deveria ter também treinamento. Profissionais voltado para, vamos dizer assim , para a sensibilização e treinamento dos professores, por exemplo. Na verdade de todos né. Servidores, professores, porque eu sinto assim que eles também estão assim meio perdidos né. (Maria Margarida).

o que pode melhorar aqui é dar mais material, suporte. Suporte pra gente poder desenvolver melhor as atividades, melhorar em questão mesmo do ensino mesmo. Porque eu sinto muita dificuldade, como eu te falei em leitura, em leitura eu tenho bastante dificuldade, como eu não tenho um material, como eu usava a lupa, eu não tenho, então, eu fico assim muito vulnerável a não ter, às vezes... O meu conhecimento se torna restrito, restrito, eu quero mais e não consigo, então eu acho que em relação a suporte de material, de dar realmente suporte, eu acho que isso aí deveria melhorar ( Maria Girassol)

A partir das falas de Margarida e Girassol, podemos observar que o capacitismo na educação ocorre como uma forma de discriminação que inibe a participação em igualdade de oportunidades e autonomia. Compreendo que este está presente na falta de material, suporte e ações, assim deve ser enfrentado com a promoção de mecanismos de independência e inclusão. Para tanto, é necessário que essas pessoas estejam inseridas nos espaços de decisão e que suas vozes sejam ouvidas. Além disso, é proposto que seja pensado soluções que reflitam e atendam as capacidades propostas por Nussbaum, com o objetivo de atingir um mínimo de respeito pela dignidade humana das pessoas com deficiência.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Na introdução deste trabalho anunciei que tinha como objetivo analisar como se dá o acesso e permanência de mulheres com deficiência matriculadas nos cursos de graduação da Universidade Federal do Oeste da Bahia, a fim de compreender quais mecanismo de acessibilidade a Instituição oferece para estas estudantes e se estes mecanismos são eficientes e acessíveis. Para isso, construí uma análise histórica acerca das diferentes percepções que foram sendo criadas

acerca das pessoas com deficiência, bem como tratei das questões relacionadas ao gênero e manifestações capacitistas e a partir daí, realizei o levantamento do número de estudantes com deficiência matriculadas na IES e realizei entrevistas a partir de um roteiro preparado por mim a fim de colher informações sobre as condições de acesso e permanência dessas estudantes na instituição.

A partir dos dados coletados foi possível identificar que as iniciativas no que concerne a promoção da inclusão e permanência destes estudantes ainda são pouco efetivas, já que as ferramentas de ensino-aprendizado, bem como as interações entre professor-aluno e aluno-colegas ainda são muito enfraquecidas. Em relação á acessibilidade de transporte, também foi possível observar as dificuldades de deslocamento entre CASA-IES e IES-CASA. Sabemos que há muitos fatores que contribuem para estas questões, entre eles, a falta de preparação das instituições de ensino para receber e incluir esses alunos. No entanto, cabe destacar que a questão do transporte não é uma responsabilidade apenas da universidade, mas principalmente do município, que também tem obrigação de criar políticas públicas de inclusão.

Além disso, também foi possível identificar que a IES-UFOB conta com a ajuda do Núcleo de Inclusão e Acessibilidade para lidar com as pessoas com deficiência. No entanto, este núcleo conta com apenas uma coordenadora para tratar de todos estudantes com deficiência, matriculados nos cinco campus da instituição. Somado a isso, a instituição conta com o apoio de apenas 6 intérpretes, Cadeiras de rodas, Linha Braille, impressora Braille, mouse e teclados para pessoa com deficiência física, Lupa Eletrônica para pessoa com baixa visão, Scanner de Voz e impressora ampliadora.

Dessa forma, pode-se perceber que a IES-UFOB ainda precisa passar por adaptações. As lacunas que vem ocorrento por falta de conhecimento, preparo básicos, barreiras físicas e atitudinais, com influências negativas no que condiz as condições de acesso e permanência dessas estudantes, precisam ser preenchidas. Em algumas falas, percebe-se que a condição desses alunos são desprezadas justamente por aqueles que deveriam promover a inclusão educacional. Neste ínterim, é necessário que a IES promova a identificação e visibilização desses estudantes desde o primeiro dia de aula, que conforme pudemos ver, não vem ocorrendo. Frente a essa realidade, o resultado do cruzamento de dados sobre as ferramentas que a IES oferece para as PcDs e as narrativas colhidas durante as entrevistas, demonstraram que as mulheres com deficiência destas instituição são pessoas muito determinadas e persistentes diante dos vários desafios e obstáculos que acompanham sua trajetória acadêmica. No entanto, elas ainda valorizam o acesso ao ensino superior e se sentem em lugar de privilégio em uma sociedade marcada por tantas desigualdades, o que permitir concluir que alguns sentimentos, como o de realização e reconhecimento aproximam as realidades destas mulheres durante o processo de formação na IES pesquisada.

Embora esta pesquisa tenha tido um escopo limitado, por se tratar de uma pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso com restrições de tempo, creio que esta pesquisa pôde evidenciar

a necessidade de promover uma universidade inclusiva, que construa e reconstrua suas ações pautadas na eliminação das diferentes barreiras que obstam a plena inserção das pessoas com deficiência. Acredito, principalmente, que com ela pudemos visualizar sob o viés de quem vive e convive com isso na prática, as diferentes dificuldades que são encontradas no processo educacional. Entendo que novas pesquisas ainda precisam ser realizadas sobre a problemática em questão, mas espero que este trabalho possa contribuir para a conscientização de estudantes, professores, gestores e sociedade em geral de que a mulher com deficiência existe, possui voz e essa voz precisa ser escutada, assim como seus direitos, em especial a educação precisam ser observadas.

Concluo por fim, que essas vozes não podem ser silenciadas e que a inclusão educacional nos lugares de produção de conhecimento é o meio adequado para que as concepções capacitistas se desfaçam e os passos passem a ser integrados por todos, independente de suas diferenças.



## REFERÊNCIAS

MOURA, M.R. S. de; TAMBORIL, M. I. B. “**Não é assim de graça!**”: **Lei de Cotas e o desafio da diferença**. Revista Psicologia Escolar e Educacional, v. 22, n. 3, Set./Dez., p. 593-601, 2018. Disponível em: <https://www.ri.unir.br/jspui/handle/123456789/1321>. Acesso em: 14 de maio de 2023.

Kraemer, Graciele Marjana .**A educação das pessoas com deficiência no Brasil**.Disponível em:[ij.mn-](http://ij.mn-) Porto Alegre : UFRGS, 2020. 46 p.Acesso em: 20 de maio de 2023.

TAVARES DE SOUZA, D. **HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: ASPECTOS HISTÓRICOS E POLÍTICOS**. Disponível em: <[https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/cintedi/2021/TRABALHO\\_EV156\\_MD1\\_SA6\\_ID563\\_12092021102205.pdf](https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/cintedi/2021/TRABALHO_EV156_MD1_SA6_ID563_12092021102205.pdf)>. Acesso em: 30 maio. 2023.

Melo Lopes, F. A. S. (2018). **Mulheres com deficiência no ensino superior: tendências a partir de trajetórias no contexto da universidade pública**. [Tese de Doutorado em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco]. Centro de Ciências Sociais e Aplicadas. <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/33463>.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Nada sobre nós sem nós: da integração à inclusão**. Rev. Nac. Reabil, v. 10, n. 57, p.20- 30, 2007b.

BRASIL. **Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016**. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/113409.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113409.htm). Acesso em: 02 de jun. 2023.

BRASIL. Constituição (2015). **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa Com Deficiência (estatuto da Pessoa Com Deficiência). Brasília, Acesso em: 02 de jun. 2023.

ONU. **A Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 2018. Disponível em: Acesso em: 03 de jun. 2023.

HELENA, MICHEL,. **M. Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais, 3ª edição**. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2015. 978-85-970- 0359-8. Disponível em <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-970-0359-8/>. Acesso em: 29 maio. 2023.

SAMPAIO, R. A.; TALARICO, C. A. **O NOVO CONCEITO DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA E SUA APLICABILIDADE POR ÓRGÃOS FISCALIZADORES OU RECONHECEDORES DE DIREITOS ESTATAIS**. Revista Digital Constituição e Garantia de Direitos, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 230–251, 2020. DOI: 10.21680/1982-310X.2019v12n2ID17891. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/constituicaoegarantiadedireitos/article/view/17891>. Acesso em: 18 jun. 2023.

NUSSBAUM, Martha C. **Fronteiras da justiça: deficiência, nacionalidade, pertencimento à espécie**. Tradução de Susana de Castro. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007. (Coleção Primeiros Passos;324). Disponível em: [https://www.fcm.unicamp.br/fcm/sites/default/files/2016/page/texto\\_o\\_que\\_e\\_deficiencia-2.pdf](https://www.fcm.unicamp.br/fcm/sites/default/files/2016/page/texto_o_que_e_deficiencia-2.pdf). Acesso em: 17 de Jun de 2023

VIEIRA, E. R; GOMES, M. R. de O; HAIASHIDA, K. A. **Deficiência e ensino superior: integração e inclusão na FECLESC**. Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar.Mossoró, v. 8, n. 28, 2022. Acesso em: 25 de jun de 2023. Disponível em <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RECEI/article/view/4366/3478>

CASTRO, Sabrina Fernandes de; ALMEIDA, Maria Amélia. **Ingresso e Permanência de Alunos com Deficiência em Universidades Públicas Brasileiras**. Revista Educação Especial, (24), 5-15, 2014. Acesso em: 30 de jun de 2023.Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382014000200003>.

MOREJÓN, K. **O acesso e a acessibilidade de pessoas com deficiência no ensino superior público no Estado do Rio Grande do Sul**. 2009, 252 p. Tese de Doutorado – Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto/SP.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Nada sobre nós, sem nós: Da integração à inclusão – Parte 1**. Revista Nacional de Reabilitação, ano X, n. 57, jul./ago. 2007, p. 8-16.Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/nada-sobre-n%C3%93s-sem-n%C3%93s1.pdf>

VITÓRIO, Janaína Damásio. **Trajetórias de mulheres com deficiência: do ensino superior ao mercado de trabalho sob o olhar do gênero**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico), UNESC, 2017.

BUIATTI, V. P. .; NUNES, L. dos G. A. . **Cotas para pessoas com deficiência na Universidade Federal de Uberlândia (UFU): política de inclusão no ensino superior**. Revista Educação e Políticas em Debate, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 325–345, 2022. DOI: 10.14393/REPOD-v11n1a2022-64911. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/64911>. Acesso em: 1 jul. 2023.

SANCHES, A. S. ; ARAUJO, N. R. K. ; PONTIN, F. **Capacitismo, capacitações e inclusão efetiva: desafios para a educação inclusiva a partir da abordagem das capacitações**. TEXTURA - Ulbra, Canoas, v. 24, n. 60, p. 335-349, 2022. Disponível em: <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/view/7127>. Acesso em: 30 jun. 2023.

MELLO, Anahí Guedes de. **Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC**. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 21, n. 10, p. 3265-3276, 2016.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala**. Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

MELLO, L. S.; CABISTANI, L. G. Capacitismo e lugar de fala: repensando barreiras atitudinais. **Revista da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 23, p. 118–139, 2019. Disponível em: <https://revistadpers.emnuvens.com.br/defensoria/article/view/112>. Acesso em: 4 jul. 2023.

HELENA, MICHEL,. M. **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais**, 3ª edição. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2015. 978-85-970- 0359-8. Disponível em <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-970-0359-8/>. Acesso em: 26 dez. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto N° 6.949, de 25 de agosto de 2009** – Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo facultativo, assinado em Nova York, em 30 de março de 2007. Organização das Nações Unidas – ONU.

## APÊNDICE A- ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Número da entrevista: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_\_/  
 \_\_\_\_\_/2023 Início: \_\_\_\_\_: \_\_\_\_\_ Término: \_\_\_\_\_: \_\_\_\_\_

### A) Dados pessoais

1. Idade:
2. Sexo:
3. Estado Civil:
4. Curso que frequenta:
5. Qual é a sua deficiência?
6. Sua deficiência é congênita ou adquirida depois de certa idade?
7. Forma de ingresso:  
 (sisu, transferência de outra instituição, reingresso, .....)

### B) Questões para a condução das entrevistas individuais

1. Como surgiu o interesse em fazer curso superior? Foi despertado por sua família ou por você?
2. Existiu algum fator específico ou fatores que influenciaram a escolha da universidade?
3. De que forma você se desloca para estudar na UFOB?
4. Você conhece a lei de cotas? Como você analisa as cotas como ações afirmativas?
5. A universidade/UFOB oferece algum tipo de suporte (apoio, auxílio, materiais, bolsa) para você? Se recebeu, qual?
6. Como é sua relação com seus professores? Como eles agem diante de suas dificuldades?
7. Como é sua relação com seus colegas? Você possui amigos na universidade? Se encontram fora do espaço acadêmico? Como eles agem diante de suas dificuldades?
8. A instituição de ensino oferece as condições necessárias relacionadas ao que sua deficiência exige, para que a aprendizagem ocorra de maneira equivalente à dos demais estudantes? Há alguma facilidade e/ou dificuldade para acessar materiais, recursos tecnológicos? Como se dá o seu deslocamento dentro do campus?
9. Poderia relacionar as maiores dificuldades encontradas para permanecer no curso superior e, diante delas, o que te motiva a continuar estudando?
10. Para você, o que significa estudar numa Universidade (ter um curso superior)?
11. Como você avalia seu desempenho na Universidade/UFOB? A que você atribui esse desempenho?
12. Até que ponto você acha que a deficiência impede que você possa desenvolver os estudos e a possibilidade de trabalhar?
13. Qual a importância do acesso à educação para sua vida? Ela contribui para a superação das desigualdades de gênero entre homens e mulheres?
14. Você já sofreu algum tipo de discriminação dentro da Instituição?
15. Para encerrar, você poderia falar um pouco sobre a sua experiência de vida acadêmica no ensino superior